

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

DENISE CRISTINA AUGUSTO DOS SANTOS
EDILAMAR ERICA FERREIRA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIDA
DO PROFESSOR**

ARAXÁ
2021

DENISE CRISTINA AUGUSTO DOS SANTOS

EDILAMAR ERICA FERREIRA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUENCIAS NA VIDA
DO PROFESSOR**

Trabalho de
Conclusão de
Curso (TCC)
apresentada à
Faculdade de
Educação no curso
de Pedagogia à
distância da
Universidade
Federal de
Uberlândia (UFU),
como requisito
parcial para a
obtenção do título
de licenciado em
Pedagogia.

Orientador: Prof.^a
Dr.^a Robson Luiz
de França

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo discutir a precarização do trabalho do profissional professor nas práticas curriculares. Parte premissa que os problemas relacionados a precarização do trabalho do professor são antigos e com passar dos anos tem ganhado mais força e relevância nos dias atuais. Considera-se que as condições da organização do ensino, suporte escolar e as dimensões da escolarização apresentam instáveis, e, sempre estiveram na dependência das políticas públicas. Nesse documento propomos a reflexão sobre a precarização do trabalho do professor, observando a sua carreira e trajetória e sua desvalorização desde o início da profissão docente até o presente momento em tempos de pandemia.

Palavras chave:

Precarização do trabalho do professor, práticas curriculares, organização, políticas públicas, pandemia.

ABSTRACT

This article aims to discuss the precarious work of professional teachers in curricular practices. The problems related to the precariousness of the teacher's work are old and over the years it has gained more strength and relevance nowadays. The conditions of teaching organization, school support and the dimensions of schooling, always unstable, have always been dependent on public policies. In this document, we propose a reflection on the precariousness of teachers' work, observing their career and trajectory and their devaluation since the beginning of the teaching profession until the present moment in times of pandemic.

Key words:

Precariousness of teacher work, curricular practices, organization, public policies, pandemic.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	5
3 MEMORIAL	6
4 PRIMEIRO CAPÍTULO	8
A origem da precarização dos direitos do trabalhador.....	8
5 SEGUNDO CAPÍTULO	18
História da profissão docente	18
FIGURA 01	22
6 TERCEIRO CAPÍTULO.....	23
Imagem e auto imagem do professor nos dias atuais	23
7 QUARTO CAPÍTULO.....	26
Especificações do trabalho docente.....	26
8 QUINTO CAPÍTULO	28
A jornada de trabalho do professor	28
9 SEXTO CAPÍTULO.....	30
Relação professor e aluno	30
10 CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a função atribuída ao professor tem passado por grandes modificações. No início da profissão o professor tinha o cargo de transmitir conhecimento, preparar cidadãos para o mercado de trabalho, e destacadamente formar cidadãos para o futuro. Além do da grande responsabilidade que lhe é imposta os direitos para esses profissionais tem se tornado cada vez mais escassos.

São muitas as atribuições dadas a profissão magistério em todos os seus setores seja o ensino básico, infantil, superior, técnico, tecnológico, no setor público ou privado, este que abrange atividades que vão além da sala e aula, tais como planejamento, estudos, avaliação, pesquisa de extensão, formação continuada, cursos de aperfeiçoamento entre outros. Diante das particularidades da profissão salienta-se o grande volume de atividades que o profissional está inserido, tais que demandam encaixar inúmeras atividades na sua jornada de trabalho. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) proferiu sobre a temática através do artigo 67 parágrafo V garantindo aos professores um tempo incluso dentro de sua carga horária para a realização das atividades extra sala de aula. Esse direito concedido para os estudos, planejamento, e avaliação incluso na carga horária do professor não ficou claramente registrado, foi um objetivo de previsão legal, onde o tempo não foi definido pela LDB, o que abriu brecha para diversas regulamentações infra legais.

Esse trabalho tem por objetivo discutir a precarização do trabalho do profissional professor nas práticas curriculares. Os problemas relacionados a precarização do trabalho do professor são antigos e com passar dos anos tem se ganhado mais força e relevância nos dias atuais. As condições da organização do ensino, suporte escolar e as dimensões da escolarização sempre instáveis, sempre estiveram na dependência das políticas públicas. Nesse documento nos propomos a reflexão sobre a precarização do trabalho do professor, observando a sua carreira e trajetória e sua desvalorização desde o início da profissão docente até o presente momento em tempos de pandemia.

2 JUSTIFICATIVA

O professor desde a origem da vida humana tem a função de transmitir conhecimentos. Analisando o progresso da educação podemos concluir que a escola passou por grandes

mudanças para se adaptar aos sistemas de organização social atual. A função da escola no ponto de vista capitalista segundo Mészáros (2005), se restringe a interiorizar as determinações que estabelecem as normas da ordem vigente afim de estimar e respaldar os interesses do capital, como divisão de classes e subjugação do trabalho. Surge assim a grande importância do trabalho do professor, onde através da alienação de conhecimento e formação libertaria de seus educandos os tornar críticos e capacitados para transformar as bases do sistema dominante. Segundo Morin (2009) a sociedade é composta por cidadãos protagonistas, críticos, conscientes e comprometidos com a constituição de uma sociedade planetária. Principiando da magnífica função legada ao docente entendemos que esse profissional é um agente político, transformador da sociedade e merece ter um bom tratamento legal em respeito a tamanha responsabilidade.

Sendo o professor um agente transformador, a normatização do seu trabalho desafia suas especialidades da profissão ressaltando a carga horária de trabalho, uma vez que esta afeta positivamente ou negativamente o comprimento de sua missão. Para organizar as condições de trabalho aos docentes as políticas públicas no Brasil a partir da LDB de 1996 tem sido ineficiente quando se trata das disposições básicas para que o professor possa exercer sua função com satisfação, dentre elas a divisão justa de sua carga horária.

3 MEMORIAL

Me chamo Edilamar Erica Ferreira, tenho 40 anos, casada há 9 anos sem filhos, moradora de Araxá cresci cercada de muito amor em uma família muito pequena, éramos apenas minha avó, minha mãe, minha irmã e eu, minha família influenciou muito em minha educação e o apoio deles foi crucial na minha difícil adaptação com o ambiente escolar.

Vários foram os caminhos profissionais que tentei seguir mas depois dessa experiência todos me levaram a sala de aula amo ensinar, como tenho curso técnico de informática consegui habilitação para lecionar a disciplina e a 10 anos leciono sempre que tem demanda de turmas, quando estou em sala de aula me sinto renovada e o tempo passa muito rápido, tenho grande amor pela profissão e por cada um dos meus alunos, escolhi a pedagogia pois este curso me ajudará a me aprimorar e vai abrir o leque de disciplinas e faixa etária a que poderei lecionar como já tenho experiência com a vida escolar o curso me traz mesmo é a expectativa de abertura de possibilidades, quanto a medos e angústias e minha relação com as matérias eu procuro viver

uma situação de cada vez, superando os obstáculos a medida que forem surgindo, procuro não me angustiar pois a preocupação e a angustia não me ajudaram em nada. Sabemos que a realidade escolar está cada vez mais complicada, que essa nova geração vem munida de muita informação e pouco limite, que os recursos são escassos e a estrutura física das escolas está a cada ano mais deteriorada mas cada um desses obstáculos pretendo transpor com sabedoria e serenidade fazendo um bom trabalho e assim fazendo a diferença na vida dos meus alunos e de todos os que me cercam. Sabemos também que a pandemia do Covid, vai alterar pra sempre a configuração do ensino no nosso país, foram abertas novas janelas e fechadas algumas portas, quando tudo isso passar veremos como os governos se comportarão frente a Educação, infelizmente não acredito em melhoras para nós docentes, creio que o governo vai enxergar uma grande oportunidade de enxugar gastos e mais uma vez, vai cair na conta do professor, no entanto acredito que daremos a volta por cima, á nós seres misteriosos da Educação foi concedido um poder meio que especial da resolução, nada que cai no colo de um professor fica sem resolução e dessa vez, não será diferente.

Meu nome é Denise tenho 32 anos sou nascida e criada na cidade de Araxá, fui para a escola aos 3 anos de idade, minha família é de origem humilde, e por ser filha de mãe solteira fui cedo para a escola para minha mãe trabalhar e promover o sustento da casa, tenho mais 2 irmãos mais velhos que eu. A escolha do tema nasce da indignação de nossa parte por ver que mesmo sendo o alicerce de todas as profissões e a única esperança de melhora de vida, ainda sendo tratado por muitos, inclusive pelos governos como se fossemos apenas babás com diplomas. As condições e precarizações do trabalho docente principalmente no Brasil durante a pandemia Covid 19, ficaram claras e evidentes, sob a luz dos holofotes do mundo todo, o que antes era " assunto interno", e discutido à portas fechadas nas reuniões de módulo e conselhos ou utilizado como forma de manobra de marqueteiros políticos de 4 em 4 anos só pra vencer eleições, ficou claro pra todo mundo. Ser professor nesse país é matar um leão por dia e no nosso caso comprando o rifle e a munição do nosso próprio bolso e ainda assim sendo vistos como vilões da história. Mais uma vez tudo cai nas contas do professor, mais uma vez enquanto tiramos de nossas bocas e dividimos nossos parques salários para o bem dos nossos alunos somos taxados por muitos pais, alguns políticos e boa parte da comunidade de vagabundos dentre outros nomes que não me atrevo repetir. Porém como toda história tem seus dois lados houve também a parte que nos defendeu, pessoas da comunidade que reconheceram o ato heroico de ser professor em

um país onde as políticas públicas não nos valorizam, que se colocaram do nosso lado nas redes sociais e na mídia em geral.

4 PRIMEIRO CAPÍTULO

A origem da precarização dos direitos do trabalhador

No princípio do século XVI a economia brasileira se encontra no cerne da expansão do sistema capitalista do continente Europeu. Momento em que a economia brasileira chega para compor a economia europeia.

Com suas terras férteis a agricultura foi explorada como ponto inicial da construção econômica do nosso país e os escravos africanos foram a base braçal desse sistema de produção.

Não podemos deixar de citar que no capitalismo o modo comum escravista, não é o único a aparecer. No entanto podemos afirmar que as formas econômicas já existentes funcionaram como uma base para a criação do sistema capitalista, permitindo assim seu subsequente alavancamento absoluto das forças produtivas. Porém, foi a revolução industrial que proporcionou que o capitalismo desse uma de suas maiores guinadas qualitativas.

Nesse cenário os capitais acumulados são densamente aplicados em máquinas com o intuito do aumento e padronização do sistema de produção capitalista, produzindo assim mais, em menor tempo e com menores gastos.

A forma de produção escravista antecede a capitalista, todavia pode-se verificar historicamente falando que essa forma de produção serviu como base e se introduziu como uma característica própria da sociedade burguesa.

O domínio dos modos de produção advindos das formas de produção capitalistas e a modificação das formas anteriores de trabalho e produção social deu ao capitalismo um novo significado.

A expansão da produção do café, se tornou o centro da economia nacional, possibilitando o desmoronamento dos pilares da base escravista. Não se pode esquecer que o exílio escravista não é responsabilidade única das intervenções inglesas a respeito do seu repúdio ao tráfico de escravos, onde historicamente fica explícito por meio da promulgação do Bill Aberden no ano de 1845 e da imposição da abolição da escravatura, mas também ao alto custo que nesse momento a mão de obra escrava valia a produção para a burguesia agrária.

Esse acumulado de acontecimentos adicionado a inversão de capital acumulado da nossa produção incentiva então a construção de estradas de ferro além da mecanização e do beneficiamento do café o que culminou numa questão duplicada, sendo elas o bom andamento da produção cafeeira e a exiguidade de uma força de trabalho livre, questões essas que vieram a ser solucionadas pela criação de um conjunto de trabalhadores remunerados.

O famoso retrocesso do poder elitista na realidade foi um processo de transição da então oligarquia para uma reorganização dos alicerces do poder, no qual a subida da classe burguesa no Brasil e a estabilização do poder burguês ficaram marcados.

A importância do papel da burguesia brasileira na composição do capitalismo no Brasil está restrita a fazer com que esta mudança fosse possível e permanente mesmo em condições adversas.

De forma sucinta, acima temos um pequeno traçado da forma de desdobramento do capitalismo e da cultura de classes do Brasil, desse ponto de vista, podemos entender melhor as características da precarização do trabalho vividas nos dias atuais sem nos esquecer de onde veio a influência de determinados comportamentos.

Podemos destacar então que o Brasil possui um modo próprio e particular do desenvolvimento capitalista, no qual caracteriza quase que naturalmente um sistema de precarização estrutural, oriundo de nossa formação colonial.

Segundo a própria história do Brasil nos conta, o estabelecimento e a formação do mercado de trabalho no Brasil começa com o trabalho escravo, um pouco mais adiante com a abolição da escravatura já no ano de 1888 se estabelece o trabalho livre. Porém ao contrário do pensado pela massa de trabalhadores negros a força de trabalho em si foi ocupada por imigrantes brancos e assalariados, enquanto para os negros o que restou mesmo foi apenas a liberdade, os obrigando assim para manterem seus gastos com moradia e alimentação que antes ficavam a cargo dos seus senhores, subsumirem-se á ocupações parcas e de rebaixada remunerabilidade, sem nenhum acesso a segurança, saúde, salubridade ou demais direitos do trabalhador.

Não se deve esquecer nem deixar de mencionar que a ambição para com o capitalismo no Brasil teve uma natureza oligárquica e que sua estruturação sempre esteve correlacionada aos interesses dos centros imperialistas, caracterizados pela determinação de dificuldades de obtenção de posse por parte dos trabalhadores do campo, exclusão de direitos trabalhistas para os negros libertos. Como resultado de tudo isso cresce a dominação da classe burguesa causando a parada de movimentos de contestação por direitos e marginalizando uma significativa parcela de trabalhadores, e como consequência destes fatos, nos tornamos um país submisso economicamente quando comparado aos grandes centros capitalistas.

Desenha-se nesse momento o perfil do mercado de trabalho brasileiro, causando a consonância para as formas de precarização estrutural do trabalho no nosso país.

De acordo com Soares (2004) a terceirização tem por sua característica principal de uma empresa contratar produtos e serviços de outras empresas terceiras que são imprescindíveis para o seu processo de produção, com o intuito de reduzir custos com direitos e bonificações, se aproveitando assim da força de trabalho e gerando relações precárias.

A desconstrução do trabalho estável não diz respeito apenas a redução no quantitativo de formalização do emprego, mas também da desestabilização de planos de carreira, da

incerteza de ascensão social e o mais importante, do retrocesso dos direitos trabalhistas tão duramente outrora conquistados e do declínio na organização dos trabalhadores.

De acordo com Moraes, a precarização, em si, é vista como um fenômeno que atravessa o constante movimento de estruturação do trabalho e do emprego, posto que relaciona - se tanto ao crescimento do desemprego e à ampliação do exército de reserva quanto às particularidades dos empregos disponíveis no mercado de trabalho, evidencia a instabilidade e efemeridade contratuais. Isso nos leva ao crescimento do número de trabalhadores alienados de seus direitos e expostos a condições de trabalho instáveis, medianas e potencialmente padecedoras.

Especialmente à partir do século XX o trabalho tornou-se categoria importante na construção da identidade do sujeito, sendo estruturante tanto para a sociedade quanto para o indivíduo (Borges & Yamamoto, 2004). Ele é um determinante central na manutenção da saúde do trabalhador, uma vez que se reflete em posição socioeconômica, socialização de adultos, desenvolvimento da identidade e autoestima e amplia possibilidades de conectividade social e participação em redes sociais fora da família (LaMontagne, 2010)

Analisando por esse ângulo, o trabalho é elemento fortificante no desenvolvimento do indivíduo como cidadão. Entretanto, à despeito de promover contribuições no que se refere a metas pessoais e agregar na construção de identidade do trabalhador como sujeito inserido em um definido contexto social, ele pode também ser maléfico, seja pela exposição a riscos físicos, químicos e/ou psicológicos ou pela abstinência material e a posição socioeconômica desfavorecida, causadas pela baixa renda e salários medíocres. Nessa perspectiva, o trabalho é aspecto nefasto além de uma gama de experiências de dissabor.

A globalização dos mercados causou uma ampliação da concorrência internacional entre as empresas e com ela veio à tona a questão da necessidade de se reduzir o custo do trabalho, diminuir a conta com trabalhadores efetivos, trazendo a dura realidade da terceirização para que dessa forma ficasse legalizado o corte de benefícios, o acréscimo de tarefas, os desvios de função e a redução de salários. O que acarreta de imediato na redução do emprego estável principalmente nas classes menos favorecidas que precisam se sujeitar à essas condições de calvário e desalento para colocar comida na mesa.

Depois da Revolução Industrial que foi iniciada no século XVIII, trabalho braçal passa a ser visualizado de forma mais sistêmica por força do rápido crescimento dos novos centros urbanos e da urgência por manter uma produção padronizada o que tornou-se uma constante preocupação para os Estados recém estabelecidos sob as formas do regime capitalista em evolução. Atividades econômicas que até então eram realizadas de modo artesanal foram sendo substituídas pelo modo de produção fabril em série, realizados principalmente por mão de obra de homens livres, mulheres e crianças, obrigados por esse sistema a se exporem a jornadas de trabalho exaustivas e condições doentias causadas pela necessidade de manter moradia e alimentação.

Essa mecanização imposta pelo taylorismo e aprimorada pelo fordismo fez com que o trabalhador perdesse o poder sobre o processo de produção, debilitando sua representação acerca de suas habilidades e decaindo seu papel na sociedade de modo geral.

De acordo com esse sistema marcado pela elevada carga de trabalho e diminuição de mão de obra implementado pelos programas de qualidade total e técnicas japonesas de gestão,

tornou-se possível uma reestruturação nas formas de produção causando assim o aumento da flexibilização, da informalidade e do declínio da classe trabalhadora.

A partir deste momento, torna-se comum o surgimento de várias modalidades e arranjos típicos do declínio e da desvalorização do trabalho alheio, como o relaxamento dos termos contratuais, o trabalho temporário, trabalho independente, tele trabalho dentre outras consequências da legalidade da terceirização.

O enfoque na atividade central evidencia a existência de um contingente cada vez mais reduzido de bons empregos, onde os colaboradores possam ter visões de crescimento pessoal e profissional e a empresa atue como um local de socialização e lapidação de cidadania do seu colaborador. E mesmo aqueles que fazem parte hoje desse seleto grupo de “bem empregados”, não está livre da ameaça constante de ser reduzido para a classe de trabalhadores cuja sua característica principal é não ter ideia de quando e onde encontrará o próximo “bom emprego”, o que torna a cada dia a inconstância e a insegurança o modo de vida mais comum, onde nos acostumamos a não saber como será amanhã e vamos adoecendo, definhando, cabisbaixos e silenciosos, perdidos em meio ao caos.

Para Tosta (2008), o modelo normativo de emprego padrão é o trabalho permanente, em tempo integral, com supervisão direta do empregador e acesso do empregado a benefícios sociais, como seguro-desemprego, assistência médica de prevenção a doenças, auxílio a acidentes e aposentadoria.

No entanto, a multiplicação de modos de emprego flexível e a decadência do emprego fixo e em tempo integral, tem culminado na elevação das características de contratos trabalhistas duvidosos com salários parcos e pouca ou até mesmo nenhuma proteção social, culminando assim no total desamparo do trabalhador e em sua impossibilidade de exercer seus próprios direitos no local de trabalho.

O conceito precarização estrutural do trabalho, defendido por Antunes (2008) nos diz que as condições precárias de trabalho têm em sua origem as transformações incentivadas pelo modelo de acumulação flexível e acontece a partir da estruturação da indicação de status de empregos socialmente reconhecidos como “bons empregos”, à trabalhos taxados pelo desamparo quanto a benefícios de toda a sorte. Por tanto o emprego precarizado é sinônimo de instabilidade e desproteção legislativa.

No entanto para ele as características precárias não são indicadores de ausência de crescimento, em contrapartida são relativos ao modelo em si de desenvolvimento econômico de caráter toyotista, ainda de acordo com ele, a necessidade de aumento dos níveis de produtividade é o que motiva as novas práticas trabalhistas por conta da imposição característica da concorrência internacional.

A precarização se mostra como um acontecimento de crescente reestruturação das formas de trabalho e emprego, pois quando falamos do crescimento do desemprego acabamos falando da precarização do mercado de trabalho, pois aquele que antes era empregado terá que continuar trabalhando de uma forma ou de outra para garantir pelo menos as necessidades básicas de sua existência e de sua família, o que faz com que ele inevitavelmente engorde as estatísticas de pessoas com contratos flexíveis e como sua insatisfação grita mais baixo que seu

estômago com o passar do tempo esse empregado vai se tornando gradativamente alienado de seus direitos e cada vez mais sujeito a condições execráveis de trabalho.

Estudos seguem sendo realizados no Brasil, na busca de detectar melhor as vivências e consequências dessa precarização sobre o trabalhador e mesmo que estas iniciativas figurem centrar em determinados grupos ocupacionais, Nascimento (2016) investigou a percepção de precarização do emprego com o corpo de enfermagem do único hospital de urgência do estado do Sergipe.

Ele aplicou nesse estudo o instrumento estruturado (Inventário de Precarização Laboral_ Iprel). Esse método foi aplicado em 279 profissionais da saúde onde a partir desse método estatístico foram retirados dois fatores, Higiene Ocupacional e Justiça, que vai de olhares desde a oferta por parte da instituição de condições de trabalho adequadas e seguras, ao bem-estar do colaborador durante a execução de suas atividades e ainda contempla a visão de justiça nas trocas existentes entre empregador e empregado.

Resumindo, para os envolvidos no estudo, o emprego precarizado é aquele que o colaborador percebe estar sendo injustiçado pelas práticas de gestão a que está exposto e se sente sobrecarregado de atividades e limitado ou até mesmo despedido de condições para realizá-las com segurança, o que afeta negativamente sua saúde tanto física quanto mental.

Mais uma pesquisa (Costa & Tambellini, 2009) foi feita com 18 colaboradores os quais eram terceirizados por cooperativa e lotados no serviço de enfermagem de uma instituição pública federal da área de saúde da cidade do Rio de Janeiro, onde foi realizado um questionário qualitativo galgando identificar se esses profissionais tinham noção da precariedade das relações de trabalho e de suas consequências ao que tange a sua própria saúde. Ficou claro que os participantes estavam cientes de seus direitos e garantias sociais, no entanto o medo do desemprego os tornava impossibilitados de lutar pelos seus direitos e se sentindo desvalorizados.

Verificou-se ainda no mesmo estudo, que os impactos da precarização do trabalho sobre a saúde do trabalhador têm assumido formas mais abstratas dificultando a identificação de doenças como Hipertensão arterial, obesidade, insônia, depressão, como sintomas consequentes da realização de atividades laborais precárias.

Luzes foram jogadas também sobre o fato das empresas e empresários desse sistema fordista/taylorista, exigem cada vez mais qualificação especializada e polivalência de funções de seus colaboradores sem investir na qualificação dos mesmos, que fica a cargo do funcionário, investir, se qualificar e ainda se sujeitar a jornadas insanas de trabalho e as mais diversificadas formas de pressão que fazem vista a jogar em cima do trabalhador a responsabilidade por sua empregabilidade. Depois da legalização de flexibilizações contratuais e afrouxamentos de contratos de trabalho, torna-se cada vez mais raro as relações duráveis entre empregado e empregador. Pessoas são consideradas descartáveis e rapidamente substituídas tornando aquela velha prática de começar a vida e carreira em uma empresa e se aposentar nela cada vez mais raras.

Partindo disso tal flexibilidade passa a imprimir uma modificação continuada e alargando cada vez mais as brechas para as relações abusivas e o retrocesso nos direitos do trabalhador.

Cada vez mais nos dias atuais a competitividade é fortemente estimulada nas empresas, de modo a aumentar assiduamente o individualismo. Esse fortalecimento facilita tanto a precarização social quanto a do trabalho, quanto a deterioração da saúde física e mental. Sentimentos como, amizade, respeito e confiança são apagados pelo pânico de sobreviver na corda bamba do mundo lá fora. Técnicas desumanas de gerenciamento, atualmente predominantes dentro da atual realidade e voltados à acumulação flexível visando apenas a acumulação de lucros, ao encorajarem o aumento da competição entre empregados, contribuem concomitantemente, para reforçar o individualismo, minar a importância da afeição e promover o aumento do cansaço (Seligmann-Silva, 2011). O que pode ser visto como mais uma das contradições do universo corporativo contemporâneo que requer com urgência de soluções para que os objetivos de produção e lucros possam ser consistentemente alcançados sem que para isso seja preciso do extermínio da sanidade humana.

Formas flexíveis de emprego, em sua maior porção, são cheias de características negativas, como a insegurança e a insatisfação por parte do colaborador que se vê dando demais e recebendo de menos. Por isso, ao invés de colaborarem para a melhoria da qualidade de vida familiar, podem provocar graves problemas financeiros e de planejamento futuro, visto que as vastas linhas de crédito disponíveis no mercado para financiamento de carros, casas, viagens são organizadas partindo do pressuposto de que as pessoas tem uma fonte segura de emprego e renda, o que na maioria dos casos já se torna uma inverdade, portanto a flexibilização do emprego não é negativa apenas no aspecto de transferir responsabilidades e riscos para os indivíduos, mas também de transferir também para o Estado, pois diante da incapacidade de dos indivíduos assumirem seus compromissos devido ao enfrentamento e aos agravos provocados por doenças, ao risco de inadimplência na aquisição de habitação, alimentação e transporte bem como o cumprimento das exigências burocráticas para alcançar o direito de recebimento de pensões por aposentadoria, o apelo vai para o Estado (Kovács, 2003), que na verdade a cada dia se esquivava mais dessa responsabilidade à qual é garantida constitucionalmente e a tempos vem sendo minada através de interesses políticos escusos.

As exigências de novas competências do trabalhador têm gerado cada vez mais preparação e a necessidade de formação continuada, pois autonomia e flexibilidade tem feito parte das novas condições de trabalho. No Brasil desde a década de 1930 houve uma grande evolução em relação aos direitos sociais se destacando o direito do trabalho com a política positivista a de incorporação de massas trabalhadoras na sociedade. Para tanto questiona-se se nosso País está preparado para gerar trabalhadores exigidos, autônomos, e com diferentes competências. A ideologia neoliberal tem por objetivo retirar do Estado o papel de regulador social, nessa percepção o mercado que deve realizar a mediação de conflitos surgidos no trabalho. Desde o momento em que o Brasil se insere na lógica global, os sistemas de garantia do trabalhador começam a ser questionado pelo capital, trazendo a exigência da flexibilização das leis trabalhistas, onde essa de dá início a precarização das relações de trabalho, trazendo insegurança ao trabalhador. Vale ressaltar a desterritorialização das empresas, com o surgimento das chamadas transnacionais. Essas empresas se deslocam para outros Países onde as condições de produção são melhores, e com menor custo, leis trabalhistas de baixos custos, gerando maior lucratividade. Por esse motivo o País tem flexibilizados ainda mais suas leis trabalhistas para atrair essas empresas, afinal há promessa de geração de empregos e rotatividade da economia local.

Com o fim da produção fordista e taylorista que se baseia na desvalorização do conhecimento e saber um novo tempo global se iniciou na nova configuração do mundo do trabalho. O trabalhador atual precisa de formação para o trabalho multifuncional em uma sociedade global. Sendo assim, a capacitação continuada o leva para um novo paradigma da autonomia. No Brasil a palavra autonomia ainda é um termo desconhecido nos sistemas de produção. A nova forma de produção tem gerado completas apreensões nas relações de trabalho trazendo o aumento do desemprego e redução de força do sindicalismo.

Cabe notar que Castells, quando traz as características do novo paradigma informacional, e demonstra ele se basear na flexibilidade, onde seus benefícios da flexibilidade devem ser vistos de forma relacionada com as circunstâncias nas quais ela é realizada. A possibilidade de modificação de regras por exemplo, é uma demonstração de flexibilidade. As atividades de gerenciamento, administração e o setor de serviços se alavancaram no decorrer dos anos, exigindo cada vez mais a formação do trabalhador sendo sua maior exigência a autonomia para tomada de decisões e criatividade, onde o trabalhador deve ter noção de um todo com administração, vendas, reflexos do mundo exterior sobre seu trabalho. Assim manejando o conhecimento, a criatividade, a tomada de decisão e a comunicação. Segundo Castoriadis, “a autonomia surge, como germe, assim que a interrogação explícita e ilimitada se manifesta, incidindo não sobre ‘fatos’ mas sobre as significações imaginárias sociais e seu fundamento possível. Momento de criação, que inaugura não só outro tipo de sociedade, mas também outro tipo de indivíduos”.

Nesse contexto o processo de intertualização exige o questionamento, a reflexão e as capacidades de criatividade, fazendo com que a capacidade de produção esteja vinculada com o grau de autonomia, dados e inventividade que já possui o trabalhador, pois, este já tem maior liberdade para a realização de suas tarefas. Tem se tornado cada vez mais comum exigir do trabalhador apenas o cumprimento de metas, sendo assim o lucro do empregador vem do produto do trabalho do seu funcionário. Esse novo contexto faz com que o trabalhador não consiga separar bem seu horário de descanso e horário de trabalho trazendo excesso de funções diárias, pois além de ter o domínio sobre a área de trabalho é preciso obter conhecimentos diversificados sobre outros assuntos, tais como, geografia, política, história entre outros, sendo um cidadão participativo em todos os âmbitos da vida e capaz de refletir sobre assuntos diversificados.

Karl Marx compreende que “o trabalho é o fator que medeia entre o homem e a natureza; é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a natureza. O trabalho é a expressão da vida humana e por meio dele se altera a relação do homem com a natureza; por isso, através do trabalho, o homem transforma-se a si mesmo”. (FROHM, 2007, p. 26). Trata-se o trabalho como condição essencial na vida do homem como necessidade da sua reprodução. O trabalho é um processo dinâmico que se produz a partir da ação, onde se atinge sua própria individualidade. Para satisfazer suas necessidades essenciais o homem interage com a natureza transformando o seu ambiente a partir de um processo com um propósito.

GEORG LUKÁČKS afirma: “o simples fato de que o trabalho realiza a colocação de uma finalidade é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos nós: por isso, esse fato tornou-se um componente ineliminável de qualquer pensamento, desde as afirmações cotidianas até a economia e a filosofia.” (LUKÁČKS, 2003, p. 1). Portanto torna-se um princípio transformador e informador da natureza. A teleologia inserida no ser humano fruto da

necessidade de produzir e reproduzir ativa o subconsciente que através das experiências vividas lhe permite alterna suas decisões. O intermédio entre a finalidade (satisfação de uma necessidade) para uma causa (necessidade) é executado pelo trabalho que assumi a “contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal (...) a consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada”. (ANTUNES, 1999, p. 138).

Para Marx toda a observação estava localizada na classe trabalhadora envolvido na indústria fabril moderna que se caracterizava como efetivo criador de valor e criador da mais valia. Sendo assim, produzindo mais valia a classe trabalhadora é o criador do próprio capital, o tornando a classe explorada inerente a sociedade burguesa, explorados na sua força de trabalho. A imposição de uma classe sobre a outra, onde uma possuiu a propriedade dos meios de produção e a outra é a alienadora e sua força de trabalho extorquida. Segundo filósofo: “A força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor a venda como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo, portanto ambas pessoas juridicamente iguais. O prosseguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode à medida que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação”. (MARXa, 1993, p. 139)

O Estado é o resultado do encontro de classes distintas que se forjam nas relações de produção, onde se vê no modelo de exploração do trabalho escravo, na Grécia e Roma antiga servidão feudal, onde o homem não sendo escravo se encontrava vinculado ao proprietário da terra no sistema capitalista de exploração de mão de obra por intermédio do assalariado. O Estado é a consequência da luta de classes e seus interesses, na garantia e possibilidade de sua reprodução.

O mundo globalizado se caracteriza ao modelo vigente a revolução industrial, onde a existência da exploração do trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas, precarização e redução dos postos de trabalho. Nesse contexto a luta dos trabalhadores passa a ser por uma oportunidade de trabalho. A inovação tecnológica atende o sistema capitalista e seu processo de produção e acumulação, para isso é fundamental o enxugamento da mão de obra nos portos e qualificação dos trabalhadores, realizando um rearranjo do sistema intensificando a tecnologia, otimizando a força do trabalho enxuta. A obrigatoriedade do cumprimento dos direitos sociais, que estão inseridos na Carta Constitucional, para a sua execução depende de uma ação positiva do Estado, por meio da fiscalização e punição dos empregadores omissos, a flexibilização dos direitos trouxe consigo a redução das garantias sociais.

Até o presente momento a população brasileira não corresponde as expectativas da sociedade global e sem perspectivas de uma formação para tal. Essa situação provoca a redução do padrão de vida, insegurança no emprego, declínio na prestação de serviços públicos, falta de ética e solidariedade, fortalecendo o individualismo.

No Brasil existe uma quantidade enorme de trabalhadores sem qualificação, além de falta de instrução e desinformação situações que acarretam dificuldades para inserção no mercado de trabalho pós fordista repleto de novas demandas, responsabilidades e novos desafios, tudo isso faz com que o mercado se torne ainda mais restrito e competitivo, causando o aumento da exclusão social. Assim o trabalhador é o responsável pela lucratividade da empresa, conseqüentemente assume riscos na produção, esse novo cenário é o oposto das leis trabalhistas, que foram criadas com o intuito de resguardar o trabalhador. Trazendo consigo inúmeras conseqüências como desemprego, precarização das relações de trabalho, precariedade dos sindicatos entre outros. Ao mesmo tempo gera em outros setores novos postos de trabalho, intelectualização de serviços e autonomia ao trabalhador, sendo definido como processualidade contrária, pois reduz operário industrial e fábri e aumenta o trabalho precário.

Os direitos sociais são conquistas dos trabalhadores que iniciou na 1ª Revolução Industrial dando origem ao sindicalismo. Começaram a surgir legislações sociais, contemplação de direitos sociais e trabalhistas, dando origem ao Estado Social de Direito que assumiu a proteção dos direitos e garantias sociais e a valorização da dignidade humana. Esse modelo de Estado não chegou no Brasil que continuou sendo um Estado intervencionista que fez crescer a riqueza nacional condensado nas mãos de poucos. Um grande avanço houve quando os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, foram somados à Constituição Federal de 1988. Diante dos benefícios que são apresentados ao trabalhador e seus direitos protegidos por leis ainda- se convive com a sonegação de direitos, tais como, pagamento de hora extra, vale transporte, assinatura de carteira de trabalho, pagamento de férias, entre outros. Podemos também menciona o trabalho escravo e exploração do trabalho infantil.

Segundo Eros Grau o processo de produção é social, e o processo de acumulação capitalista é essencialmente individualista, sendo assim com a Inserção do Brasil no mundo globalizado trouxe o estado a questionar os aspectos da vida econômica, pois o empresariado brasileiro e o governo passaram a defende mudanças nos direitos trabalhistas, argumentando que são necessárias por causa dos avanços tecnológicos, a necessidade das empresas tendo suas folhas de pagamento exoneradas e diminuição de encargos sociais.

A adequação de novos protótipos de trabalho traz a primordialidade de fortalecimento dos sindicatos para as negociações coletivas. Na verdade, sabemos a insuficiência do trabalhador diante do empregador para Castells “ o Trabalho nunca foi tão central para o processo de realização do valor. Mas os trabalhadores (independentemente de suas qualificações) nunca foram tão vulneráveis à empresa”. No Brasil o desemprego aumentou com milhares de demissões devido ao avanço tecnológico que ocasionou a redução de vagas na indústria, pois aumentou-se a produtividade e diminuiu a mão de obra para reduzir a mão de obra e aumentar lucros, sem aumento de salário. Segundo Souza a informalização no mercado de trabalho tem crescido constantemente, aumentando a economia informal e beneficiando alargando a pobreza e precarização do mercado de trabalho.

Para Silva no período de 1940 a 1980 a cada dez empregos gerados, oito eram assalariados e sete com registro na carteira, já na atualidade a cada dez empregos gerados, oito não são assalariados, somente um registro na carteira. Aumentou-se a lucratividade, a produtividade e perdeu-se o respaldo institucional e um mercado de trabalho em constante mudança. A modernização trouxe consigo a precarização das relações do trabalho.

Trabalho flexível requer todas as forças do trabalho humano absorvendo todos os períodos possíveis na vida do trabalhador, restando pouco tempo para lazer, diversão, pois não garante férias. Sendo assim a família sente o impacto dessa precariedade, pois a interação entre pais, filhos é baixa, conseqüentemente aumenta cada vez mais os problemas emocionais, psiquiátricos com stress e esgotamento.

A tecnologia veio com a finalidade de substituir o trabalho contínuo da fábrica fordista executado pelo trabalhador manualmente nos Países subdesenvolvidos, até nos dias atuais no Brasil não há preparação suficiente na educação para a reestruturação do mercado de trabalho, portanto empregos provenientes da tecnologia não podem ser aproveitados na realidade brasileira. Portanto é necessária a verificação e aplicabilidade das teorias a realidade, afim de equilibrar flexibilidade sem precarização.

O capitalismo contemporâneo, tem cada vez mais acentuado a lógica destrutiva, pois tem assumido as tendências taylorista e fordista alterando constantemente as formas de produção através da flexibilidade e a desregulamentação que pode ser nomeada como acumulação flexível.

Nos últimos anos o processo produtivo tem se intensificado através do avanço tecnológico através das formas de acumulação flexível, destacando o Capital em especial o Toyotismo que é entendido como a forma de organização do trabalho que nasceu a partir da fábrica Toyota que tem se expandido por todo Ocidente capitalista em direção aos Países avançados e também nos subordinados onde a produção está ligada a demanda, diversificada e heterogênea, e multivariada de funções para o operário e a equipe de trabalho, melhor aproveitamento de produção tendo como princípio o Just in time. Esse modelo horizontaliza o processo produtivo e terceiriza serviços. Isso faz com que os trabalhadores sempre estejam em busca de melhorar a qualidade do seu trabalho e desempenho afim de aumentar a lucratividade da empresa.

Essa reengenharia nas empresas baseadas na flexibilização e acumulação capitalista trouxe consigo grandes conseqüências no mercado de trabalho, são essas:

- Redução do proletariado fabril estável.
- Aumento de serviços terceirizados.
- Aumento de mão de obra feminina.
- Exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho.
- Inclusão de crianças no mercado de trabalho
- Avanço de trabalho social.

Ampliaram os níveis de exploração do trabalho, onde a classe trabalhadora se tornou mais qualificada em diversos setores quando criou o trabalhador polivalente e multifuncional,

em contrapartida se desqualificou e precarizou- se em vários setores com trabalhadores sem qualificação que estão em busca de emprego temporário, parcial ou desempregados. Portanto divide-se a classe de trabalhadores qualificados e desqualificados do mercado formal e informal sendo, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc.

No capitalismo é necessário que o homem seja livre, obrigado a alienar o seu único bem que é a própria força de trabalho. A divisão social do trabalho permite a associação de esforços para atingir um propósito. O trabalho, no sistema capitalista, é considerado produtivo na medida em que produz capital, onde o trabalho é abstrato ignorando as necessidades humanas e conseqüentemente o trabalhador.

5 SEGUNDO CAPÍTULO

História da profissão docente

O trabalho de ensinar antecede muito à criação das primeiras instituições educadoras e ao desenvolvimento da escrita. A indispensável função de repassar aquilo que era considerado importante, estimulando para que o ser humano produzisse as mais variadas maneiras de se relacionar com o mundo. De tal modo, a educação passou por muitas mudanças desde o seu princípio até os dias atuais. Nos tempos antigos, o conhecimento inicial era como um mito que posteriormente se tornou a razão. Nesses tempos, os filósofos eram as primeiras representações de professores, questionavam os mitos e colocavam em questão a nossa existência. Os pedagogos eram os escravos que levavam os filhos da classe mais alta para observar os filósofos nas ágoras, dessa maneira, não havia uma relação estabelecida entre o processo ensino-aprendizagem e nem tão pouco se levava em consideração as dificuldades, aptidões ou habilidades, era tudo na base apenas da observação (figura 1).

Depois do surgimento da democracia na Grécia Antiga a busca por explicações existências passou para segundo plano, dando lugar ao saber falar para fazer valer seus interesses. Nesse momento surgiram os sofistas, eles ensinavam a quem pudesse pagar e se concentravam em persuadir e convencer aqueles que os ouviam.

Apesar das formas educacionais variarem de uma sociedade à outra, o professor, sempre protagonizou esses processos. O início da profissão professor, se dá na Idade Média e nessa época a figura do professor era muito valorizada e a educação teve vasta influência

religiosa. As escolas eram comandadas pela igreja católica, que era quem estabelecia o que deveria ser ensinado.

De acordo com NÓVOA (1991) o princípio da profissão docente antecede à estatização da escola, pois, desde o século XVI, já existiam vários grupos de leigos e religiosos que se dedicavam a atividade docente.

Aqui no Brasil, a chegada dos portugueses, deu início a conquista dos nativos que habitavam as novas terras, e só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida nesse contexto de dominação e instauração de uma cultura que acreditavam ser neutra. Para colocar em prática essa estratégia os portugueses trouxeram membros da Companhia de Jesus com o objetivo de converter os índios ao cristianismo e propagar desse modo a fé católica, ensinando aos nativos saberes básicos, como ler e contar, pois, a alfabetização era o caminho mais propício para esse fim. Foram 210 anos da educação brasileira sendo comandada pelos Jesuítas, no entanto na segunda metade do século XVIII, o modo de trabalho educacional dos jesuítas começa a entrar em decadência e no ano de 1759 através de uma ação militar o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do solo brasileiro crendo que estes estavam se fortalecendo, ganhando riquezas e diminuindo o poder da Coroa Portuguesa.

No entanto o método de ensino laico e enciclopédico de Pombal, causou um declínio na qualidade da educação, pois as aulas eram ministradas por professores despreparados o que iniciou um processo de organização e normatização do exercício da profissão docente.

Sobre esse fator Nóvoa ressalta que: O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre Nóvoa (1995. p.15).

A partir do século XVIII era necessária uma autorização do Estado para lecionar. Que era adquirida através de um exame requerido pelas pessoas que tivessem acima de 30 anos, possuíssem um comportamento moral e conhecessem o que deveriam ensinar, delineando assim, um perfil de professor para lecionar. Os conhecimentos básicos como ler, escrever e contar eram necessários para se atuar no ensino das primeiras letras. Desse modo, a primeira

instituição de preparação de professores no Brasil foi instalada a partir de 1820, baseado num ensino mútuo através do método Lancaster, ensino caracterizado pela falta de contato entre aluno e professor. O professor instruía um monitor para atender os alunos da classe e este era assim treinado para o ofício de mestre.

Tal método parecia resolver o problema da implantação de escolas e da formação de professores, pois atendia à necessidade da população e resolvia o problema da falta de professores. Desse modo, a função docente não era especializada e era exercida como uma ocupação secundária, conforme Nóvoa enfatiza: A função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. O princípio da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras congregações docentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente (NÓVOA 1995, p.15-16). No século XIX, com uma acentuada expansão escolar, e uma procura social cada vez mais forte, ressurgiu uma preocupação e críticas com relação a educação e ao ensino. A falta de instrução educativa e instrumentos pedagógicos acabou por enfraquecer o método Lancaster e nesse cenário ocorre a criação de instituições de formação, das quais se destacam as escolas normais, elas representam uma grande conquista do professorado e agregam valor ao processo de profissionalização da atividade docente. Devo ressaltar minha visão dos fatos estudados, pois vejo que desde sempre a profissão professor não foi tratada com a devida seriedade e apreço que merece e daí já se inicia precária a profissão docente.

Na segunda metade deste século houve uma saída dos homens do ofício, eles migraram para as oportunidades que surgiram então na indústria devido ao advento do capitalismo. Desse modo foi necessária mais uma intervenção e um investimento para que houvesse a feminilização da profissão, ocorrendo assim uma divisão das funções entre homens e mulheres atuando na docência. Nesse período as mulheres eram dadas a função de ensinar as meninas que contavam um número mais generoso nas classes, no entanto era estipulado que a elas seria ensinado apenas o básico para a convivência em sociedade e os cuidados domésticos, enquanto os homens ensinavam os meninos com currículos e formas de avaliação diferenciados.

O ensino normal passou por longos períodos de declínio e desprestígio, vários métodos e abordagens fracassadas. A partir do século XIX com a proclamação da independência ocorre um crescimento de escolas superiores no Brasil, e ocorreram algumas tentativas para a criação da primeira universidade no país mas como tudo aqui, não saiu do papel para atender aos interesses da coroa que, temeu que a criação da universidade pudesse trazer problemas e instabilidade para o poder ao formar seres pensantes, intelectuais e críticos, a mesma alegou que não havia justificativa para a criação de uma instituição de tal gênero na colônia. As tentativas sem sucesso, continuaram em torno de um século, e nesse período os filhos de altos funcionários da igreja, da coroa de grandes latifundiários, graduados nos colégios jesuítas, precisavam se mudar temporariamente para a Europa, principalmente para Coimbra, para assim cursar a universidade e retornarem como letrados ao Brasil para então administrá-lo.

A real chegada do ensino superior ao nosso país, se dá a partir de 1908, em consequência da chegada da Família Real (expulsos de Portugal pelos franceses). Nessa época se fez necessária a contratação de profissionais que atendessem a demanda pelas principais necessidades como: educação, saúde e infraestrutura. Então a solução mais adequada e plausível pela coroa era sem dúvidas a criação de instituições voltadas para a capacitação e formação de oficiais, médicos, engenheiros, com uma educação superior, porém subordinada ao governo central. A princípio as denominadas cátedras eram escolas isoladas, caracterizadas por extrema simplicidade e compostas por professores que ensinavam e cobravam pelo serviço.

Subsequentemente, elas se desenvolveram transformando-se em academias e faculdades especializadas localizadas em endereços próprios e fixos. Todavia as investidas de implantações de unidades universitárias no período entre 1843 a 1920, foram todas um fracasso. Então a primeira universidade a realmente obter sucesso contínuo, foi a Universidade do Rio de Janeiro, sendo a primeira instituição a ser criada legalmente pelo Governo Federal que fez então a junção das Faculdades Federais de Medicina, Engenharia e Direito em uma única instituição que era verdadeiramente voltada para o ensino e a pesquisa.

Na Era Vargas, aconteceu uma ampliação do quantitativo de instituições universitárias pelo Brasil, no entanto a partir de 1964, em função do princípio do regime militar, o visual das universidades penou com rigorosas e negativas transformações, pois tal regime tentava incessante e violentamente impedir os debates travados pelos movimentos estudantis, tanto

dentro como fora das universidades. No entanto os movimentos não acabaram e constante era a exigência feita pelos mesmo de uma maior qualidade de ensino e uma maior resolução dos problemas estudantis tão pungentes na época. Após os anos 70 ocorreu uma amplificação do ensino superior em todo o país, oriunda da existência de uma grande demanda por melhores qualificações em função do avanço do capitalismo. Todavia ocorreu uma queda na qualidade de ensino além da expansão da iniciativa privada no ensino superior, que tornaram assim características de tal momento. É nesse período que acontece também a criação e instalação das primeiras unidades de ensino superior do Brasil e várias mudanças aconteceram de lá pra cá em se tratando da educação brasileira, hoje em dia as unidades universitárias formam os mais diversos tipos de profissionais das mais variadas áreas do conhecimento e portanto para a área da educação sua finalidade é a formação e preparação de profissionais qualificados para a docência.

FIGURA 01

O início de tudo representado pela pintura da academia de Platão.

<https://www.infoescola.com/educacao/academia-de-platao/>

Pintura ilustrativa da academia de Platão, onde os filósofos eram as primeiras representações de professores, questionavam os mitos e colocavam em questão a nossa existência. Os pedagogos eram os escravos que levavam os filhos da classe mais alta para observar os filósofos nas ágoras, dessa maneira, não havia uma relação estabelecida entre o processo ensino-aprendizagem e nem tão pouco se levava em consideração as dificuldades, aptidões ou habilidades, era tudo na base apenas da observação.



6 TERCEIRO CAPÍTULO

Imagem e auto imagem do professor nos dias atuais

Vivemos em um período de grandes transições corridas pela globalização, consumo e comunicação, o fácil acesso as informações faz com que o professor não seja mais o único detentor do saber, esse profissional deixou de ser o centro do palco e se tornou um mero mediador de certos conhecimentos.

Como forma de demonstrar melhor essa nova perspectiva utilizamos de uma entrevista encontrada no referido artigo citado com a professora Laur, graduada em pedagogia pela UERN, e em geografia e história pela UVA, quem em 2014 atuava como professora de história em uma escola estadual da cidade de Encanto, RN. De acordo com ela, a transformação corrente no modo de ensino, é ocasionada por uma série de fatores, e tais mudanças preocupam os professores, que estão incessantemente tentando edificar para seus alunos uma escola diferenciada e melhorada a cada dia. Ainda segundo Laur, existem mais dúvidas do que certezas pois tudo que é novo acaba por se tornar uma aventura desconhecida. De acordo com ela antigamente a escola era vista como uma segunda casa e o professor era como se fosse uma espécie de pai, de mãe e exigia mais respeito, esse respeito vinha muito também do fato de que o professor detinha todo o conhecimento e o aluno chegava ali como uma folha em branco para ser preenchida. O que acontece hoje é que os professores estão atuando em ambientes marcados pelo surgimento de novas tecnologias e metodologias que devido á falta de tempo ocasionada pela carga horária insana do professor ele não teve tempo de acompanhar tais evoluções e

métodos, e esse é só mais um problema, pois o maior de todos é a carência de formação preparatória para que o professor enfrente essa enxurrada de mudanças, isso sem falar no convívio do professor com os alunos em sala de aula, são muitas mudanças e novas teorias e pouquíssima preparação para o professor, deixando esse profissional se sentindo pressionado por todos os lados, frustrado por saber que não está acompanhando a evolução da forma que tem que ser e inquieto com tudo ao seu redor, esses sentimentos são a causa de várias doenças físicas e mentais gerando assim muitas baixas e afastamentos e causando mais e mais lacunas no processo.

Nas palavras da entrevistada: São muitas teorias que tem hoje na educação, muitas mudanças, e o profissional que está em sala de aula, ele não é trabalhado nessas mudanças [...]. Mudar o novo, amedronta, mas mais do que isso, a gente não está preparada para essas mudanças que vem acontecendo. As mudanças chegam, mas a formação não vem [...], Eu particularmente, hoje em dia, digo que eu não sei mais ensinar, porque a gente passa dias e dias em sala de aula tentando [...], mas eu acho que talvez o erro seja esse, a gente não saiba como trabalhar. A gente busca inovar, tentar chamar a atenção do aluno, a gente está fingindo que ensina e o aluno fingindo que aprende. (LAUR, 2014).

O professor tem enfrentado grandes dificuldades e não sabe mais atuar em sala de aula, é como se estivesse perdendo gradativamente o seu lugar, não sabe mais o seu papel em meio a tantas mudanças e na falta de interesse dos alunos, o profissional precisa se manter atualizado, além de desenvolver uma aprendizagem permanente para poder ser capaz de acompanhar tantas modificações, no entanto eu pergunto, a que horas isso vai ser feito? Como um professor que dá aulas nos períodos da manhã, tarde e noite, além de cuidar de sua família e preparar aulas no fim de semana vai arrumar tempo para se qualificar para essas mudanças? Se voltarmos os nossos olhos para a história da profissão docente o professor perdeu e muito ao longo dos anos, antes ele gozava de prestígio e status na sociedade hoje é só mais um esgotado e sobrecarregado em meio à multidão. Nessa visão podemos abordar a construção da imagem docente entre construções e desconstruções em meio as próprias vivências como enfatiza Arroio (2000) quando afirma que através da convivência, da prática do professor da qual é encarada de várias formas, este profissional percebe sua responsabilidade no processo formativo do educando.

Ultimamente, ocorreu um expressivo acréscimo das exigências sobre o trabalho do professor e lhe foram atribuídas responsabilidades ainda maiores pois a parte da educação que é obrigação da família como a parcela dos valores, do respeito ao próximo e aos mais velhos, do saber dividir, do não falar palavras feias, comer de boca fechada, não bater nas outras pessoas, não mentir, ter responsabilidades com prazos e horários, ter zelo com seus pertences, não mexer nas coisas dos outros, ou seja toda a parte dos valores ficou para o professor, além do ensino do conteúdo escolar de português, matemática, ciências, história, geografia... reduzindo assim o professor á uma babá com diploma. A família que deveria ser a primeira base da educação está se tornando cada vez mais distante e o sistema num todo está cobrando que o professor dê conta de tudo isso com trinta crianças quando os próprios pais não conseguem educar e dominar um, dois ou três filhos, os pais não tem limites, não passam esse valor para os seus filhos e querem que o professor dê conta, essa sobrecarga de responsabilidades é uma das maiores causas de desistência da profissão, pois o professor se sente frustrado e refém da invisibilidade de um sistema cruel e cego, pois se todos os professores desistirem do seu ofício, todas as profissões em poucos anos estarão em ruínas e a população ainda mais fadada a fome e aos sistemas escravatistas modernos.

A falta de valorização marca de forma muito negativa o trabalho do professor, nossa sociedade não reconhece nem valoriza o professor como um profissional de grande importância para a formação social, intelectual e moral dos sujeitos, pois a influência das imagens que a sociedade projeta neste profissional, prejudica o seu trabalho. Como afirma Arroyo (2002): “Somos a imagem que fazem de nosso papel social, não o que teimamos ser”. De acordo com ele, é necessário entender melhor as imagens e autoimagens relacionadas à docência, o que possibilitará uma consideração mais profunda sobre as condições de formação e trabalho dos professores. Como o professor se vê? Qual a imagem que ele tem de si, e qual é a imagem que tem sido mostrada pra sociedade? Até mesmo o professor que acaba de se formar ou está se formando e já atua na educação se vê cansado, esgotado, desanimado e decepcionado com os rumos que a educação tem tomado, com a forma que a sociedade vê o cobra os professores. A escola pública tem que ser mãe, tentar fazer o aluno passar dando chances e mais chances em forma de trabalhos escolares, empurrando o aluno com a barriga e se matando com mais e mais coisas pra corrigir em casa, sabendo que na hora da correção terá que passar a mão e avaliar de forma amena pois não pode reprovar. Muita coisa precisa ser revista, metodologias que vieram

para melhorar estão acabando com a profissão docente. A responsabilidade da família também deve ser mais cobrada, pois durante a pandemia o que mais se via eram pais reclamando por não ter aula, mas pela própria fala deles, não estavam se importando com o aprendizado dos filhos em si, mas sim incomodados por ter que estar em casa com a sua prole. A escola virou depósito de criança, não com o objetivo do aprendizado mas, para que os pais possam trabalhar ou até mesmo simplesmente para que os pais descansem da presença de seus próprios filhos, é preciso cobrar da sociedade que cada um se responsabilize por seu verdadeiro papel para que a escola e o professor não continue a enfrentar a “sobrecarga” de educar, criar e tratar dos filhos das pessoas.

7 QUARTO CAPÍTULO

Especificações do trabalho docente

O currículo educacional atual impõe de forma clara os parâmetros curriculares, onde articula as avaliações externas e o redirecionamento do trabalho pedagógico escolar. Esse documento leva a instituição a analisar sua situação real, repensar suas práticas e relacionar com todo o processo relacionado ao ambiente escolar e também aqueles trabalhos relacionados a função dos professores. Alguns elementos que cingem o trabalho do professor:

- Os professores em exercício aprendem através da experiência e influência da prática a partir de outros professores. Segundo a revisão bibliográfica de Guarnieri (1996) os professores não possuem familiaridade com as temáticas a serem ensinados em sala de aula, nem mesmo com as complexidades dos alunos, o que faz com que a sequência de ensino venha ser desorganizada, como dificuldade na organização de atividades escolares.
- Outro assunto que causa preocupação no currículo é que um único profissional deve lecionar várias matérias ao mesmo tempo.
- O salário que se recebem pela maioria dos educadores que se formam e atua na rede pública de ensino. Os dados fornecidos por Siniscalco (2003) demonstram as piores condições sociais que envolvem esse profissional no Brasil onde o País é que menos valoriza o profissional da educação primária, e secundária.
- Nas condições de trabalho se destacam:

Tamanho das turmas: É possível constatar constante queixas dos professores pela grande quantidade de alunos em sala de aula. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) acionado ao MEC (Brasil 2002) dados emitidos em 2001 relatam que o número médio de alunos por turma era de 28,3.

Razão Professor e alunos: Sabemos que a grande maioria dos professores se desdobram entre dois a três turnos na mesma escola, sendo responsáveis pelas turmas variando entre os períodos matutino, vespertino diurno sendo assim se quando se verifica as disciplinas lecionadas como português e matemática (em torno de 5 aulas semanais) história, geografia (em torno de 2 aulas semanais), trata-se de computar mais alunos para um mesmo professor que atua em maior número de turmas, o desgaste faz com que esse seja um forte elemento de aplicação na precarização do trabalho do professor.

Rotatividade: Trata-se da rotatividade dos professores na escola de um ano para o outro, ou até em um mesmo ano a inerência por diversas escolas. Diante dessa situação entende-se que a escola sofre inúmeros prejuízos em sua função cultural pela rotatividade dos professores, uma vez que nas relevâncias do currículo escolar compreende-se como se pensa, avalia a sociedade, as crenças respeitadas, como lidar com as diferenças e as condições e reflexões da escola, as orientações do sistema e organização do cotidiano escolar. Interfere também no direcionamento das mudanças a serem realizadas e suas compreensão.

Carga horária: O trabalho é, antes de qualquer coisa um processo em que os seres humanos se relacionam com a natureza a partir de suas próprias ações Marx (1982). O excesso de trabalho, baixo salário, indisciplina em sala de aula, falta de formação continuada entre outros, tem adoecido o professor com estresse, depressão, ansiedade. O docente vende sua força de trabalho por menos do que produzem, como um trabalhador proletarizado. Keunzer (1999) destaca que o professor não tem voz ativa. No Brasil diante da lei (9.394/96), são definidos 200 dias letivos por ano, sendo 4 horas por dia e um total de 800 horas anuais para a educação fundamental e média. Mas as questões que confronta a precarização do trabalho docente e o trabalho pedagógico está relacionada seu trabalho fora da sala de aula o HTPC por exemplo (Horário de trabalho pedagógico coletivo) é o tempo estabelecido pelas escolas estaduais e municipais que reúne professores coordenadores para a discussão e análise das necessidades educacionais da escola foram acrescidas a carga horária de trabalho do professor.

Morin “classifica a profissão de professor como complexa, onde a incerteza, a ambiguidade das funções, é o seu melhor traço definido.” (Apud FONTES, 2007, www.educar.no.sapo.pt/). Também utilizamos a definição transcrita de (MARQUES, 2009, p.24/25) O professor é o profissional do magistério encarregado de transmitir, pessoalmente, conhecimentos e educar o aluno. A função professor exige muito além do conhecimento técnico científico é preciso saber repassar o conhecimento, mediar, ter autoridade em sala de aula, saber avaliar, elaborar as avaliações e ainda preparar os alunos para a vida, pois são profissionais que atuam sobre a realidade concreta e através de seu posicionamento consegue revertê-las ou modifica-las. Portanto, o Professor deve ter seus direitos resguardados e sua regulamentação eficiente a qual o protegerá a exercer seus direitos.

Como destacado anteriormente o professor necessita de tempo para atividades que precisam ser realizadas extraclasse tais como, estudos, planejamento e avaliação, pesquisas de extensão. Suas atribuições vão além do ambiente físico cada aula ministrada, esconde horas de estudo, pesquisa, leitura, preparação e etc.

8 QUINTO CAPÍTULO

A jornada de trabalho do professor

No Brasil temos a classe de professores que trabalham na rede particular, essa que se aplicam as regulamentações segundo a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e os professores do ensino público que se pode aplicar tanto o regimento Celetista (empregados ou servidores celetistas) ou o regime jurídico administrativo, ou estatuto (Lei específica).

Na história da educação Brasileira podemos compreender que os professores não conseguira uma boa organização sindical forte, nem para o setor particular, pois estão cada vez mais expostos as pressões executadas por seus empregadores, tal que, os inibe de lutar por seus direitos, nem o setor público onde, os professores ficam à disposição das decisões públicas onde a LDB concedeu a cada entidade da administração Pública Direta o poder de reger os assuntos relacionado a educação e o regime de trabalho do professor. Entretanto para os professores de ensino superior de acordo com a portaria ministerial 475/87 veio o decreto 5773/2006 no artigo 69 parágrafo único que “o regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de quarenta horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo

de pelo menos vinte horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação”. Diante desse documento compreendemos que o professor de ensino superior tem o direito de utilizar 40% da sua carga horária de trabalho para executar as atividades extraclasse, além disso foi deliberado pelo decreto nº1590/95 a proibição de controle de frequência do professor do ensino superior, pois segundo o MEC este é um empregado diferenciado diante da atividade desempenhada. Colocamos em questão o professor do ensino básico, técnico e tecnológico que ministra aulas nos níveis médio e superior a sua carga horaria de trabalho deve ser a mesma que o professor superior diante do artigo 10 da 1º Portaria nº 475/87 do MEC? Pois este tem o direito de dedicar de 40% ao professor que trabalha 20 horas semanais e 50% ao professor que trabalha 40 horas semanais. Ou seja, professores integrantes de um mesmo ofício estão submetidos a regimes de trabalho diferente, dependendo da instituição que se encontram vinculados. Marques (2009) diz que todo professor leva o trabalho da escola para a casa e sua atividade não se esgota no ambiente físico da Instituição de Ensino e antes da ministração ad aula de poucos minutos foram horas de preparação, pesquisas, estudos, leituras, meditação, isso faz com que coagir o professor a desenvolver essas atividades dentro da escola caracteriza de forma perceptível a precarização do regime do seu trabalho. Portanto qual seria a justificativa que para que exista diferenciações na carga horária dos professores de diferentes ocupações no magistério, uma vez que, todos precisam planejar, avaliar, estudar antes de entrar para a sala de aula, seja da rede particular ou pública, ensino fundamental ou superior? Em nosso ver não há justificativas que perdurem essas diferenças, uma vez que são profissionais da mesma classe. Defendemos que haja políticas públicas que realmente se comprometam a valorizar o profissional docente com atendimentos e singularidades para essa classe de trabalhadores.

A sala de aula é um lugar onde as pessoas estão reunidas com a finalidade de aprender na maioria das vezes são os estudantes e o professor. O estudante passa a maior parte do tempo, acompanhado do professor mediador, a interação de ambos são de extrema importância no processo ensino aprendizagem, pois promove o senso crítico e a capacidade argumentativa. Para Etcheverria (2008):

Têm-se no ato de questionar uma possibilidade de estímulo á construção do conhecimento e, dessa forma, cabe ao professor proporcionar um espaço para o

questionamento na sala de aula e, também, dar atenção às perguntas dos alunos, estimulando-os neste processo interativo de aprendizagem. Para tanto, os sujeitos envolvidos devem questionar e permitir ser questionados, pois para que a aprendizagem ocorra é necessário estabelecer relações, conexões entre conhecimentos, e é a indagação permanente um dos caminhos que facilita esse processo de reelaboração (p.82).

A autora acima afirma que o professor deve proporcionar um ambiente de interação, onde todos tem o direito de expressar suas opiniões e questionar, afim de buscar soluções, compreensão de problemas, afinal o confronto de ideias e questionamentos fazem parte do processo de construção do aluno. Assim o professor deve interagir com seus alunos pois o conhecimento se inicia no processo de comunicação de pessoas.

Para Chalita (2001, p.12) “A educação não pode ser vista como um depósito de informações. Há muitas maneiras de transmitir o conhecimento, mas o ato de educar só pode ser feito com afeto, esta ação só pode se concretiza com amor.”

Analisando esse contexto entendemos que a educação é uma troca de experiências, onde, educar é instruir com carinho, afeto e amor, através da demonstração de afetividade, do professor o processo de ensino aprendizagem terá bons resultados, pois o aluno terá mais segurança e conforto no momento de aprendizagem, ficando a vontade par a questionar, dialogar e até mesmo confrontar o que lhe está sendo exposto.

9 SEXTO CAPÍTULO

Relação professor e aluno

Educar é levar o aluno a se conhecer como um ser pensante, reflexivo, humanizando o aluno para que o próprio descubra suas potencialidades. Assim a participação dos alunos em sala de aula é de grande importância, pois, nesse momento ele expressa suas emoções, conhecimentos, interesses, onde o professor consiga fazer com que os alunos desenvolvam suas habilidades construindo um bom conhecimento.

A relação professor aluno não é fácil, trata-se de pessoas totalmente diferentes, sua cultura, valores, conhecimento também diferem nas gerações, portanto é preciso que o professor se esforce ao máximo para construir um bom relacionamento com seus educandos.

Essa relação deve ser baseada na confiança, afetividade e respeito, cabendo ao professor orientar o aluno para seu crescimento interno, isto é, fortalecer as bases morais e éticas, não deixando sua atenção voltada apenas para o conteúdo dado. (MÜLLER, 2002, p. 276).

O relacionamento professor aluno baseia-se na afetividade, onde o convívio deve ser favorável, através do diálogo, curiosidade, questionamentos, esses são fatores que contribuem para que ambos cresçam e se desenvolvam juntos.

A autora Luiza Müller ressalta que:

O relacionamento professor-aluno é dinâmico, cabendo ao professor ter sabedoria para lidar com cada situação que se apresente e ter em mente que deverá estar ligado no fato de que ensinar não é apenas transmissão de conhecimentos, mas também um total envolvimento com situações e a formação de seus alunos como seres pensantes e atuantes, capazes de construir o seu conhecimento. (MÜLLER, 2002, p. 279).

Para um bom relacionamento entre professor e aluno é preciso que o professor conquiste o aluno, demonstrando sua importância, respeito e autoridade, mostrando que ele é um intermediário que seu aproveitamento irá depender da sua vontade de aprender, e sua função é orientar facilitando o conhecimento construtivo. Vale a pena ressaltar que a responsabilidade para um bom relacionamento não depende apenas do professor. Perrenoud (2000, p.46, afirma que a escola é um local onde o aluno tem direito a erros e acertos, dúvidas, questionamentos, expõe seu raciocínio e toma consciência da aprendizagem, ocasionando visíveis os processos, os ritmos e os modos de pensar e agir. A aprendizagem é um processo que faz com que o aluno se esforce coletivamente para adquirir novas competências. Segundo Behrens e José (2001, p.16), todos os educadores necessitam debater e dar ciência aos alunos, assentindo sugestões de melhorias e contribuições expressivas dos alunos, entendendo que o interessado em aprender é o aluno. Sendo assim o aluno precisa compreender aquilo que o educador está explicitando e

consiga pensar, criar, argumentar, questionar prós e contras, diante do assunto exposto. Com a contribuição para um bom relacionamento de ambos os lados é que surgirão cidadãos que irão transformar o futuro do País.

A escola é um lugar com grande capacidade de desenvolver, elevar um sujeito culturalmente e intelectualmente na sociedade. Sendo assim, as relações vivenciadas entre professores e alunos merecem bastante atenção. A equipe pedagógica deve criar parâmetros eficazes possibilitando uma conexão equilibrada entre professores e alunos, promovendo sucesso no processo de aprendizagem. É importante entender que a sala de aula é um ambiente de convivências, crenças e valores heterogêneas. Para Wallon a afetividade e inteligência são peculiares e se complementam. Nesse contexto todo educador que almeja conciliar sua atividade pedagógica a sua teoria deve envolver os alunos em atividades de forma integrada utilizando a emoção, a expressividade, o pensamento criativo e a personalidade. O Autor Paulo Freire (1975) nos relata que o educador e o educando são sujeitos no processo educativo e crescem juntos na mesma perspectiva. Ou seja, de acordo com a participação dos alunos no processo ensino aprendizagem, mais conhecimento irão adquirir e mais críticos se tornarão.

O cenário atual está marcado por uma instabilidade da organização capitalista, com a Pandemia de COVID-19 a exploração do trabalho tem se tornado mais agressiva e cruel para a classe docente, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) são mais de 2,2 milhões de professores. O replanejamento da atuação do professor apressou a aplicação e utilização de tecnologias de Educação a distância, a qual não conseguiu atender todos os alunos da rede pública e obrigou aos educadores a se adaptarem rapidamente a nova ferramenta de trabalho. Inicialmente as atividades escolares foram suspensas em todo o País, porém a educação é o futuro do País e preocupando as autoridades, e profissionais da educação o MEC indicou o caminho “em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2020, on-line). Desde então foi possibilitado utilizar algumas opções de ensino aprendizagem como: Educação a Distância (EaD), Educação online (EOL), Ensino Doméstico (homeschooling), Atividade Escolar Remota (JUNQUEIRA, 2020), Ensino Híbrido (CANCLINI, 2003) entre outras opções. Através de toda essa situação devido à falta de acesso a nova tecnologia a desigualdade social no Brasil mais uma vez ganhou destaque. Diante de

todas as informações e boas intenções o ensino remoto alavanca a piora na qualidade da educação pública, pois a educação é um direito de todos, porém não garante acesso a todos através dos recursos tecnológicos.

Para Canclini (2003) educação híbrida, “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (p. XIX), ou seja, diante das mudanças ocorridas e o isolamento social as mudanças foram indispensáveis, tornando necessária encarar de forma súbita um cenário emergencial trilhando um padrão de produtivismo conforme retrata Saviani (2007) que também afirma que a ignorância causa marginalidade, a escola deve instruir e transmitir conhecimentos. Assim um bom professor é um modelo a ser seguido, pois sua autoridade é reverenciada e possui domínio de conteúdo. Assim com a introdução das novas tecnologias surgem novos desafios para o professor que trazem consigo desgastes precarizando a profissão docente. Vivemos na cybercultura, o educador possui o artefato, mas não sabe como utilizar, pois, além de aprender a utilizar o docente precisa aprender a se comunicar e usar essa ferramenta ao seu favor interagindo e gerando situações que forneçam a aprendizagem. Na educação a distância temos o professor e o tutor, onde o professor é aquele que prepara conteúdos, materiais de aprendizagem, já o tutor utiliza o material já pronto e faz a mediação da aprendizagem, e nem sempre é reconhecido por utilizar materiais prontos. O afastamento geográfico e evasão dos estudantes também causa grande preocupação no corpo docente de uma escola, pois sempre se relacionaram de forma presencial. Para reduzir esse distanciamento é preciso que os professores utilizem outras formas de comunicação para que os estudantes se sintam acolhidos e tenham entusiasmo para aprender, entre as salas virtuais. Dessa forma foram novos direcionamentos de ensino por cada secretaria de estado e município que optou pelas aulas utilizando recursos tecnológicos: aulas on-line ao vivo ou gravadas (videoaulas) ou plataformas digitais/ on-line, Google Meet e Google Classroom com aulas transmitidas via TV aberta, redes sociais, rádio (WhatsApp, Instagram, Youtube, Facebook), páginas/portais eletrônicos das secretarias de educação, ambientes virtuais de aprendizagem, e também o proveito de aplicativos, além da oferta de conteúdos digitais, e atividades diversificadas. O baixo investimento na formação inicial e continuada dos professores deve ser analisado, são inúmeras mudanças, de forma ágil e esses profissionais não estão preparados para essas mudanças. Nas escolas públicas e

particulares foram pouco desenvolvidas a novas habilidades para que os educadores façam o uso de tecnologias digitais, que retratam na continuação de suas atividades pedagógicas

10 CONCLUSÃO

Ao longo da história pudemos observar que a profissão docente já teve seus dias de glória em se tratando dos quesitos valorização, respeito e status diante da sociedade, ele era visto como o pilar central da escola e como exemplo de postura pelas pessoas. Nos dias atuais, marcados por inúmeras modificações sociais essa perspectiva se modificou de forma um tanto quanto significativa, o que fez com que os profissionais da educação necessitassem de adequações urgentes para desse modo atender as expectativas da sociedade moderna, hoje o professor perdeu seu espaço de destaque, no entanto mesmo com esse novo formato onde o aluno é o centro da escola o professor continua sendo o responsável pela sistematização do conhecimento. Essa sistematização é composta por um corpo docente, onde nem sempre recebe a atenção necessária para que possa garantir boas condições para o exercício de sua profissão. Desse modo, fazendo uma análise do passado para o presente dos professores, podemos observar altos e baixos na formação docente, fragilidades, limites e até mesmo possibilidades.

A vida do professor é uma constante guerra contra um sistema que desde os tempos de outrora temia o poder da educação, tornando tardio o surgimento de universidades para a formação do ensino docente, dificultando o acesso dos menos favorecidos a educação e levando a uma acentuada desvalorização social do professor enquanto profissional. A falta de estrutura e qualidade de ensino, baixa remuneração, carga horária excessiva, desmotivação por parte dos alunos, dentre outros são lugar comum da profissão docente.

Mesmo diante de tantas mazelas o professor, no exercício de sua profissão, tenta incessantemente favorecer em seu trabalho, uma construção coletiva para melhorar a qualidade da educação e adaptá-la melhor as especificidades dos alunos. E mesmo diante desses fatos visíveis que foram as principais causas de chegarmos ao cenário atual descaracterização da função do professor e sua consequente desvalorização, os professores continuam sua luta diária, como heróis invisíveis em meio ao caos das grandes multidões.

REFERÊNCIAS

Eder da Costa Dion1 José Ricardo Caetano Costa

A categoria do trabalho como questão central na sociedade capitalista atual: uma análise do trabalho à luz da teoria marxista

Camilla Alves Lima, Edgla Maria Costa Barros, Cássio Adriano Braz de Aquino

Flexibilização e intensificação laboral: manifestações da precarização do trabalho e suas consequências para o trabalhador

Caroline Maria Leal , Larissa Vieira Rêgo

O trabalho em tempos de reestruturação produtiva

Marley Rosana Melo de Araújo, Kátia Regina Santos de Moraes

Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador

Cleidianne Novais Sousa

Os mecanismos de precarização do trabalho no Brasil: terceirização e informalidade do trabalho

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Geografia da Educação Brasileira* Brasília, 2002.

<https://www.scielo.br/j/es/a/t7pjz85czHRW3GcKpB9dmNb/?lang=pt>

Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 20/08/2021

Decreto nº 5.773, de 10 de agosto de 1995. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: 01/09/2021

https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/setepe/2014/Modalidade_1datahora_30_09_2014_11_06_31_idinscrito_902_d4dbe7099d5ff20d4fd377156a2a2bd1.pdf

<file:///D:/USUARIO/Downloads/4975-Texto%20do%20artigo-21147-1-10-20210507.pdf>

ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e Auto-|Imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

ESTEVE, José M. (1995). Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António. Profissão Professor. Porto. Porto Editora. 1995. (p.93-124).

NÓVOA, A. (1995). O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. Profissão Professor. Porto. Porto Editora. (p.13-34).

Freire, P. (1975). Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 148p

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas. São Paulo: EDUSP, 2003

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1984.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1534-8.pdf>

Imagens

<https://www.infoescola.com/educacao/academia-de-platao/>